

Violência, saúde, direitos humanos e paz

Esta edição temática reúne 30 artigos sobre os impactos da violência na saúde individual e coletiva, evidenciando que, no Sistema Único de Saúde (SUS), desaguam todos os efeitos desse doloroso fenômeno social.

Amplitude e diversidade dos assuntos tratados assinalam o quanto os pesquisadores do setor têm avançado na compreensão, avaliação e propostas de promoção da vida e da paz¹. São 20 artigos sobre mortalidade, que tratam, entre outros assuntos, da violência armada, do suicídio e do peso do feminicídio na sociedade, inclusive nas populações indígenas. Há 10 textos sobre morbidade provocada por violência e acidentes de trânsito, de trabalho, queimaduras, tentativas de suicídio, agressões contra crianças, adolescentes, gestantes, idosos, e sobre subnotificação e causas indeterminadas. A maioria dos artigos é de base populacional e se concentra em dados do século XXI, reunindo análises sobre vários países da América Latina.

É preciso comentar sobre as mortes violentas. Segundo um relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)², cerca de 27% dos 458 mil homicídios notificados no mundo, em 2021, foram cometidos nos seguintes países que, numericamente, ocupam os 10 primeiros lugares: Brasil com 47.722 (10,4% do total); Nigéria (44.200); Índia (41.330); México (35.700); África do Sul (24.865); Estados Unidos (22.941); Myanmar (15.299); Colômbia (14.159); Rússia (9.866) e Paquistão (9.207). A América Latina e o Caribe constituem a região com maiores taxas de mortes. Ela não é alvo de guerras entre países, porém está assolada pela violência social. Mais de 40 das 50 cidades mais perigosas do mundo estão aí localizadas³. Certo alívio é que o documento da UNODC registra uma tendência de queda na mortalidade violenta nos países dessa região de 14% entre 2017 e 2021, exceto no Equador, Nicarágua e Panamá.

As maiores taxas na América Latina se encontram no Haiti, com cerca de 62 por 100.000 habitantes; Trinidad e Tobago, 46/100.000; e México, 41,55/100.000. O Brasil, em 2021, ocupava o 11º lugar, com 22,38/100 mil habitantes – posição quase quatro vezes maior do que a média global. Mas a taxa em 2023 de 21,2/100.000, corrobora a tendência de queda.

Apesar dos elevados gastos governamentais com segurança e das altas taxas de encarceramento, o tráfico de drogas e armas, o crime organizado e as gangues se juntam a uma série de problemas sociais capitaneados pela desigualdade, racismo e machismo. Os homens são os que mais matam e mais morrem. E vários autores desta edição constataam que muitas mortes não são registradas, ou são notificadas como causas indeterminadas.

Considerando a exiguidade deste espaço, comenta-se a seguir apenas a questão do feminicídio vinculando-a às altas taxas de homicídio. Marcando o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, celebrado mundialmente em 25 de novembro, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, divulgou um depoimento no qual afirma que o feminicídio é “a questão de direitos humanos mais prevalente e urgente de hoje uma vez que 70% das mulheres e meninas no mundo já sofreram algum tipo de violência”. A diretora-executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous, considerou esse fenômeno uma “crise global”. Porém, a ideia de crise não é verdadeira, pois crise subentende algo passageiro. As agressões contra a mulher e o feminicídio constituem um tipo de violência estrutural que se perpetua no tempo e no espaço. O problema vem de séculos de opressão e contém em si o seguinte dilema: só o protagonismo feminino e a solidariedade com as mulheres são capazes de libertar os homens da cultura machista e violenta.

Esta edição nos convida a estudar mais, a compreender melhor e a nos engajarmos, como cientistas e cidadãos, a favor da igualdade de gênero, etária, social e pela paz!

Maria Cecília de Souza Minayo <https://orcid.org/0000-0001-6187-9301>¹; Edinilsa Ramos de Souza <https://orcid.org/0000-0003-0903-4525>¹; Simone Gonçalves de Assis <http://orcid.org/0000-0001-5460-6153>¹; Liana Wernersbach Pinto <https://orcid.org/0000-0003-1928-9265>¹

¹ Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Referências

1. Souza ER, Pinto LW, Oliveira QBM. Como anda a implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências no Brasil? *Cien Saude Colet* 2025; 30(3):e19032024.
2. United Nations Organization (UN). *United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)*. Vienna: UNODC; 2023.
3. Cerqueira D, Bueno S, organizadores. *Atlas da Violência*. Brasília: IPEA/FBBSP; 2025.

Recebido 15/08/2025

Aprovado 18/08/2025



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons